

2º turno: aprovada PEC das defensorias públicas

O plenário da Câmara aprovou, nessa quarta-feira (12), em 2º turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 247/13, que determina prazo de oito anos para que União, estados e o Distrito Federal tenham, obrigatoriamente, a presença de defensores públicos nas suas unidades de Justiça. O deputado **Moreira Mendes (RO)**, líder do PSD, defendeu a categoria e ressaltou o importante papel da classe para a sociedade brasileira.

“Sei da importante função dos defensores públicos para a sociedade e esta PEC resgata o papel importante e preponderante desta categoria. Por isso, orientei toda a bancada do PSD para votar pela aprovação da mesma”. A opinião foi reforçada pelo deputado **Eduardo Sciarra (PR)**, ex-líder da sigla. “São profissionais vitais para o país. A

justiça precisa de estrutura adequada para atender nossa população”.


A Defensoria Pública da União conta, atualmente, com 480 defensores e realizou, em 2010, mais de um milhão de atendimentos em causas nas varas federais. Estimativas do próprio projeto apontam que mais de 134 milhões de brasileiros sejam potenciais usuários dos serviços da defensoria junto aos tribunais superiores, Justiça Federal, Justiça do Trabalho e Justiça Militar da União.

“É um dos projetos mais importantes votados nesta legislatura. Sabemos da importância da Defensoria Pública para a população mais humilde, que não pode contratar um profissional. Esta Casa presta um grande serviço à população brasileira”, complementou o deputado **Urzeni Rocha (RR)**.



Deputado Moreira Mendes (RO)

Pelo texto aprovado, os defensores contratados deverão preencher, prioritariamente, vagas em regiões com maiores índices de exclusão social e concentração populacional.

A PEC, aprovada com 424 votos, segue para o Senado. 

Projetos incentivam uso de bicicletas elétricas



Deputado Arolde de Oliveira (RJ)

Método alternativo de locomoção, as bicicletas elétricas ganharam mais um incentivo, ontem (12). A Comissão de Viação e Transporte (CVT) aprovou os projetos de Lei 7.129/10 e 4.244/12, dos deputa-


dos **Arolde de Oliveira (RJ)** e **Felipe Bornier (RJ)**, respectivamente, que desburocratizam e regulam a utilização do veículo.

As medidas aprovadas alteram o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97), para equiparar a bicicleta elétrica à convencional e acabam com a obrigatoriedade de registro e licenciamento de bicicletas em órgão executivo de trânsito. “Estamos livrando-as do processo burocrático, bem como dos tributos dele decorrentes. Os projetos dão um passo importante para desafogar o caótico trânsito nas nossas cidades, bem como para a preservação do meio ambiente”, explicou Arolde.

Pelo texto aprovado, as bicicletas dotadas de motor com potência máxima de 250 watts, desprovidas

de acelerador e capacidade de desenvolver velocidade de, no máximo, 25 quilômetros por hora, podem ser equiparadas com as convencionais. “O uso de bicicletas elétricas vem crescendo não só no Brasil, mas em todo o mundo. É preciso que nossa legislação acompanhe esse movimento. O limite de potência estabelecido é o mesmo adotado por países da União Europeia”, afirmou Bornier.

Foi aprovado ainda o Projeto de Lei 4.296/12, de autoria do deputado **Eliene Lima (MT)**, apensado à proposta principal de Arolde de Oliveira. A medida também busca equiparar bicicletas elétricas às tradicionais.

Os projetos seguem agora para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). 

Viação e Transporte define obrigatoriedade de barreiras protetoras entre as pistas

A Comissão de Viação e Transporte (CVT) aprovou, nessa quarta-feira (12), o Projeto de Lei 6.043/13, do deputado **Silas Câmara (AM)**, que determina que trechos perigosos de rodovias federais, incluindo túneis, pontes, viadutos e curvas acentuadas, recebam barreiras divisoras de fluxo, de forma a reduzir o risco de colisão entre veículos que trafeguem em direções opostas.

Silas defende que a medida diminuirá o número de colisões frontais, que representam os acidentes de maior gravidade nas rodovias. “Geralmente provocam a morte ou severos danos físicos nos envolvidos. Esperamos reduzir substancialmente esse tipo de ocorrência, visto que as barreiras protetoras, instaladas nos trechos de maior pe-

riculosidade, são dispositivos extremamente eficazes para evitar esse tipo de colisão”.


Dados do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) apontam que, em 2010, 1.514 pessoas faleceram em virtude de colisões frontais. “Tornando essas medidas federais, certamente esse tipo de iniciativa será replicado nos estados e municípios”, ponderou o parlamentar.

De acordo com o texto aprovado, um substitutivo do deputado Jesus Rodrigues (PT-PI), o órgão com circunscrição sobre a via elaborará e divulgará, no prazo de um ano, plano de metas e cronograma relativos à realização dos trabalhos de implantação de barreiras, os quais orientarão as ações correspondentes e a indicação das respectivas



Deputado Silas Câmara (AM)

despesas em cada exercício financeiro.

A proposta segue para a análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). 

Sciarrá apoia tratado para pesquisa astronômica

Foi aprovado, ontem (12), na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), o relatório do deputado **Eduardo Sciarrá (PR)**, ex-líder do PSD, ao Projeto de Decreto Legislativo (PDC 1.287/13) que referenda o Termo de Adesão do Brasil à Organização Europeia para a Pesquisa Astronômica no Hemisfério Austral (ESO).

A ESO é uma organização internacional intergovernamental que promove pesquisa astronômica no Hemisfério Sul. Regida por uma convenção ratificada pelos parlamentos dos países-membros, é a mais importante organização internacional da área.

“A adesão significa investimen-



Deputado Eduardo Sciarrá (PR)

to em tecnologia e infraestrutura. A indústria brasileira poderá competir em licitações dos projetos para construção de telescópios e

equipamentos do setor”, comemorou Sciarrá.

Em dezembro de 2010, o então ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Resende, e o diretor-geral da ESO, Tim de Zeeuw, assinaram o Termo de Adesão do Brasil à ESO, com o qual o país se tornou o 15º estado-membro da organização e o único não europeu.

“Além de possibilitar o acesso à toda a infraestrutura da ESO e de seus observatórios, o ingresso do Brasil incentivará nossos pesquisadores e cientistas astrônomos”, disse o relator.

Agora, o PDC será analisado pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

EXPEDIENTE

PSD - Partido Social Democrático

Líder do PSD: Moreira Mendes (RO)

Chefe de Gabinete: Murilo Mori

Editora-Chefe: Danielle Arouche

Redatora: Raquel Sacheto

Revisão: Rogério Oliveira

Diagramação: Jorge Ribeiro

Fotografia: Heleno Rezende e Cláudio Araújo

Reportagens: Carola Ribeiro, Luís Lourenço, Jaque Bassetto, Verônica Gomes, Danielle Marques e Elias Costa

Liderança do PSD na Câmara dos Deputados - Anexo II
Assessoria de Imprensa - Sala 150B - Fone: 3215-9073

 @psdcamara  PSD Câmara



Acompanhe as matérias de áudio e vídeo no nosso site:

www.psdcamara.org.br